



CONDIÇÕES DE VIDA, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE LAGE DOS NEGROS (CAMPO FORMOSO-BA)

SYLVIA PAES DE FARIAS OMENA



**CONDIÇÕES DE VIDA, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO
NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE LAGE DOS
NEGROS (CAMPO FORMOSO-BA)**

REALIZAÇÃO
SYLVIA PAES DE FARIAS OMENA

ORIENTAÇÃO
LUCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA

APOIO TÉCNICO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – PPGADT
PLANSANEAR

**JUAZEIRO
2026**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

3

INTRODUÇÃO

4

ÁREA DE ESTUDO

6

METODOLOGIA

8

RESULTADOS

13

CONSIDERAÇÕES FINAIS

38

RECOMENDAÇÕES

40

REFERÊNCIAS

42

APRESENTAÇÃO

O presente estudo integra o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT), curso ofertado em associação entre a Universidade Federal do Vale do São Francisco, a Universidade Federal Rural de Pernambuco e a Universidade do Estado da Bahia, e tem como objetivo sistematizar e analisar o perfil socioterritorial dos moradores das Comunidades Quilombolas de Lage dos Negros, situadas no município de Campo Formoso, Bahia. A pesquisa reúne informações de natureza demográfica, socioeconômica e territorial, com ênfase nas condições de vida e nas dinâmicas relacionadas ao acesso à água e ao saneamento em contexto rural. Os dados apresentados resultam de levantamento primário realizado em campo, mediante aplicação de formulários junto aos moradores e lideranças comunitárias, sendo posteriormente organizados e interpretados por meio de análises estatísticas descritivas.

A elaboração do estudo fundamenta-se na compreensão de que o conhecimento detalhado do perfil populacional constitui etapa essencial para interpretar as condições estruturais que atravessam o território quilombola. Fatores históricos, limitações de infraestrutura e desigualdades socioambientais influenciam diretamente o bem-estar, a saúde e as estratégias de reprodução social das famílias. Nesse sentido, são examinadas variáveis relacionadas à composição domiciliar, escolaridade, renda, ocupação e condições de moradia, além de aspectos referentes às formas de abastecimento hídrico, armazenamento, esgotamento sanitário e manejo de resíduos.

Dessa forma, o documento busca oferecer subsídios técnicos para a compreensão integrada entre território, vulnerabilidade socioambiental e infraestrutura básica, contribuindo para reflexões e ações voltadas à realidade das Comunidades Quilombolas de Lage dos Negros.

INTRODUÇÃO

As Comunidades Quilombolas de Lage dos Negros se inserem em um território marcado pela ruralidade, por vínculos identitários e por desafios estruturais relacionados à infraestrutura básica. Nesses espaços, a leitura socioterritorial torna-se indispensável, pois permite compreender como dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais se articulam e influenciam diretamente o acesso a direitos fundamentais e serviços públicos essenciais, especialmente aqueles relacionados à água e ao saneamento básico.

No Brasil, o debate sobre água e saneamento em comunidades quilombolas tem se fortalecido diante das desigualdades apontadas por levantamentos oficiais e análises técnicas. Dados do Censo 2022 demonstram que cerca de 90% da população quilombola residente em territórios delimitados convive com precariedades no saneamento básico, o que reforça a permanência de desigualdades ambientais e sociais nesses territórios (IBGE, 2024). Esse panorama revela que o acesso à infraestrutura de saneamento segue como um desafio central para populações tradicionais, refletindo processos históricos de exclusão e fragilidade na implementação de políticas públicas.

Imagem da comunidade registrada pela autora



Além disso, as condições naturais e climáticas intensificam os desafios enfrentados por essas comunidades, sobretudo em áreas do semiárido. Campo Formoso está inserido no bioma Caatinga, caracterizado por clima semiárido e irregularidade de chuvas, fatores que interferem na dinâmica ecológica e impactam as formas de reprodução social, produção agrícola e organização cotidiana das comunidades rurais (IBFLORESTAS, 2024). Nesse contexto, o acesso à água adquire caráter estratégico, uma vez que a disponibilidade e a qualidade do recurso influenciam diretamente as condições de vida e saúde da população.

Sob essa perspectiva, compreender o perfil socioterritorial dos moradores torna-se uma etapa central para interpretar práticas relacionadas ao uso, armazenamento e consumo doméstico da água, bem como as vulnerabilidades socioeconômicas que limitam alternativas diante de abastecimento irregular e infraestrutura reduzida (Martins, 2005). A análise de dados sociodemográficos e socioeconômicos também permite compreender como a organização familiar, a renda e a escolaridade se relacionam com a capacidade das famílias de lidar com situações de escassez e com riscos sanitários, reforçando a relevância de metodologias que representem a diversidade territorial e social (Triola, 1999; Barbetta, 2002).

Entretanto, a realidade do saneamento rural não se limita às formas de abastecimento de água, envolvendo também elementos estruturais relacionados às condições de moradia, à presença de infraestrutura comunitária, ao acompanhamento por serviços de saúde, à destinação do esgotamento sanitário e ao manejo de resíduos sólidos. Esses fatores se articulam diretamente às vulnerabilidades socioambientais observadas em comunidades tradicionais, podendo gerar impactos sobre a saúde pública, sobre o bem-estar e sobre a segurança das famílias, especialmente em períodos críticos, como eventos de chuva intensa, alagamentos ou retorno de esgoto.

Ademais, o município de Campo Formoso apresenta um conjunto amplo de comunidades quilombolas, especialmente concentradas na região oeste, abrangendo povoados vinculados ao distrito de Lage dos Negros. Essa distribuição espacial reforça a necessidade de estudos que considerem as particularidades do território, a dispersão rural e os obstáculos que condicionam o acesso a serviços básicos (IBGE, 2023). Assim, ao articular território, perfil social, acesso à água e condições associadas ao saneamento, este estudo contribui para ampliar a compreensão sobre vulnerabilidades socioambientais e desafios estruturais nas Comunidades Quilombolas de Lage dos Negros.

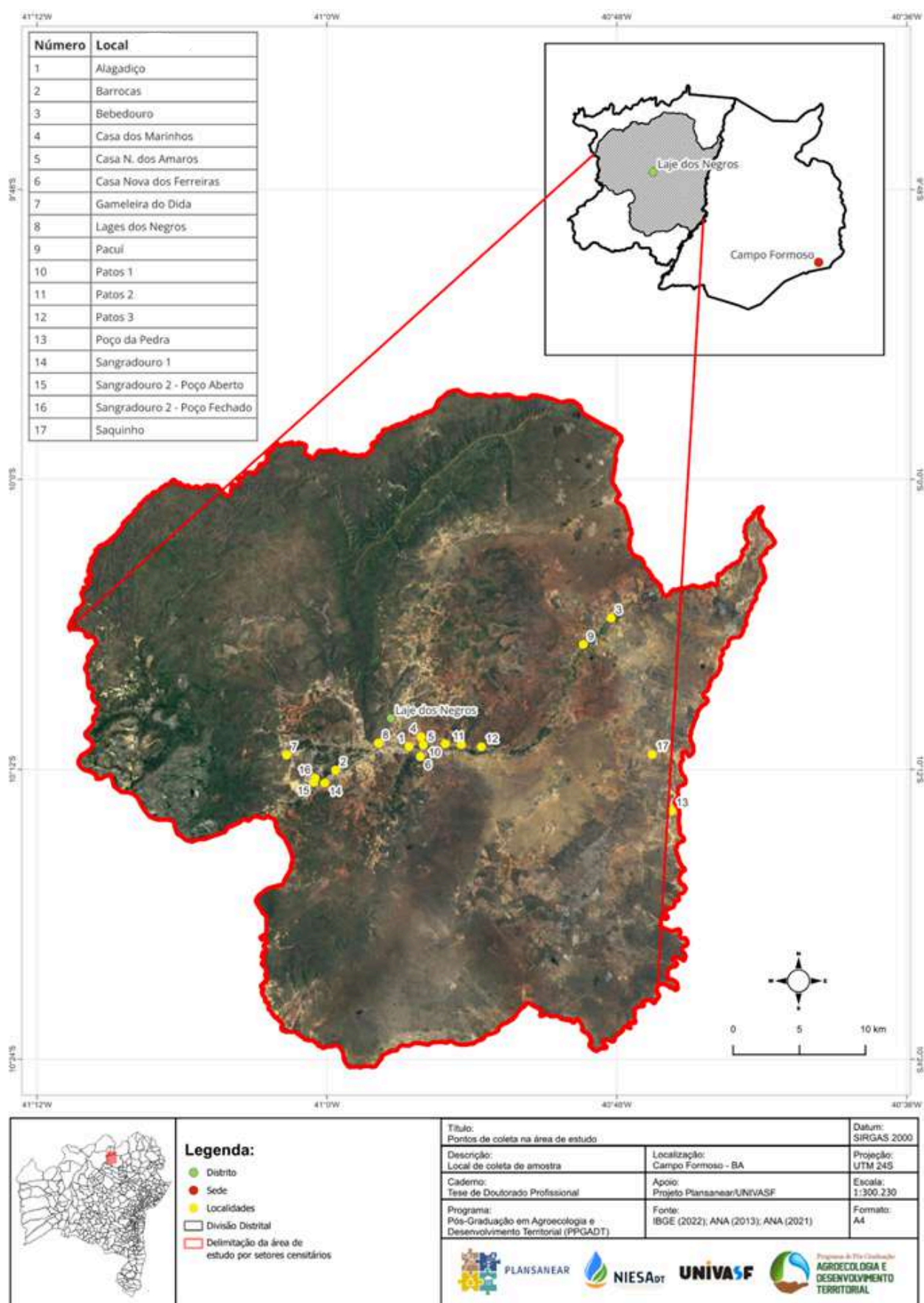
ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo compreende comunidades quilombolas situadas no distrito de Lage dos Negros, município de Campo Formoso, estado da Bahia. Trata-se de um território rural e tradicional, cuja caracterização é fundamental para compreender a organização socioterritorial da população pesquisada e os desafios estruturais associados às condições de vida e ao acesso a serviços básicos, em especial aqueles relacionados à água e ao saneamento.

A escolha do recorte territorial considera a presença expressiva de localidades quilombolas no município e sua distribuição espacial concentrada em áreas rurais, reforçando a necessidade de análises que reconheçam as particularidades do território e da dinâmica comunitária. Nesse sentido, a caracterização da área de estudo também contribui para assegurar coerência entre os dados coletados e a interpretação dos resultados, articulando o perfil dos moradores às condições do espaço onde vivem. O município de Campo Formoso apresenta um conjunto amplo de comunidades quilombolas, especialmente concentradas na região oeste, abrangendo povoados vinculados ao distrito de Lage dos Negros. Essa configuração territorial reforça a importância de reconhecer a dispersão rural e os obstáculos logísticos e estruturais que influenciam o cotidiano das famílias, incluindo o acesso ao abastecimento de água e a outros serviços essenciais (IBGE, 2023).

No âmbito desta pesquisa, a caracterização territorial se orienta pela identificação das comunidades investigadas, incluindo localidades como Patos I, Patos II, Patos III, Alagadiço de Lage dos Negros, Casa Nova dos Ferreiras, Casa Nova dos Amaros, Casa Nova dos Marinos, Barrocas, Gameleira do Dida, Sangradouro I, Sangradouro II, Poço da Pedra, Saquinho, Pacuí e Bebedouro, entre outras. Esse recorte (Figura 1) permite compreender a diversidade interna do território estudado, contribuindo para uma leitura socioterritorial mais consistente.

Figura 1 : Mapa de Localização de Laje dos Negros e das Comunidades estudadas



Fonte: elaboração própria, adaptado de IBGE (2022), ANA (2013) e ANA (2021).

METODOLOGIA

4.1. ETAPA PRELIMINAR DE ANUÊNCIA E CONSENTIMENTO DAS LIDERANÇAS

A fim de assegurar a legitimidade e a conformidade ética da pesquisa, foi realizada uma etapa preliminar voltada à obtenção de anuência e consentimento das lideranças quilombolas nas comunidades da região de Lage dos Negros. Essa etapa teve como finalidade formalizar o acesso ao território, apresentar os objetivos e procedimentos metodológicos do estudo e viabilizar o início da coleta de dados primários em campo (IBGE, 2023). Neste estudo, os dados primários correspondem às informações obtidas diretamente com moradores e lideranças comunitárias, por meio da aplicação de formulários estruturados, contemplando variáveis demográficas e socioeconômicas, bem como dados relacionados às condições de acesso à água, formas de abastecimento e práticas domiciliares de uso, armazenamento e consumo.

Em 06 de junho de 2024, foi realizada visita técnica à sede do Distrito de Lage dos Negros, ocasião em que foram apresentados à liderança local, Jaci Muniz de Souza, os objetivos da pesquisa e os procedimentos previstos para o levantamento das informações. Na mesma oportunidade, foi solicitada autorização para a execução do estudo, a qual foi concedida, viabilizando a realização das atividades de campo conforme o planejamento estabelecido. Complementarmente, foi conduzida entrevista técnica com a liderança local, a fim de subsidiar o planejamento da coleta, especialmente quanto à estimativa populacional e à identificação das fontes de abastecimento de água em cada comunidade, informações necessárias para organizar o recorte analisado e orientar a aplicação dos formulários.

Os formulários adotados foram elaborados em formato padronizado, com predominância de questões objetivas, de modo a reduzir ambiguidades, facilitar a tabulação e permitir a comparação estatística entre comunidades. As perguntas foram distribuídas em blocos temáticos, contemplando aspectos demográficos e socioeconômicos e, de forma específica, tópicos relacionados ao acesso à água, formas de abastecimento e práticas domiciliares de uso, armazenamento e consumo. Mesmo com a autorização institucional prévia, antes da aplicação dos formulários aos moradores foi aplicado um instrumento específico junto às lideranças comunitárias locais, com o objetivo de registrar informações gerais sobre infraestrutura e serviços comunitários, incluindo aspectos associados ao saneamento básico. Para garantir consistência estatística, parte das questões individuais foi mantida tanto para moradores quanto para lideranças, enquanto as perguntas de caráter coletivo foram concentradas no formulário das lideranças, reduzindo repetição e tornando o processo de coleta mais eficiente.

4.2 DEFINIÇÃO DO TAMANHO AMOSTRAL E PROCEDIMENTO DE AMOSTRAGEM

Para a definição do tamanho amostral dos moradores entrevistados nas Comunidades Quilombolas de Lage dos Negros, adotou-se amostragem estratificada, considerando cada comunidade como um estrato, com distribuição proporcional ao tamanho populacional estimado de cada localidade. O cálculo do tamanho total da amostra foi realizado com base no modelo apresentado por Martins (2005), conforme a Equação 1, aplicada para estimativa do número mínimo de formulários necessários ao nível de confiança e margem de erro definidos (Martins, 2005).

$$n = \frac{\sum_{i=1}^k \left(\frac{N_i^2 * \hat{p}_i (1 - \hat{p}_i)}{W_i} \right)}{N^2 * \frac{e^2}{Z_{\alpha/2}^2} + \sum_{i=1}^k N_i * \hat{p}_i (1 - \hat{p}_i)}$$

n = tamanho total da amostra necessária
 k = número de estratos considerados
 N = população total (soma de Ni)
 Ni = tamanho da população no estrato i
 $\hat{p}$ = proporção estimada do atributo de interesse
 Wi = peso do estrato i ($W_i = N_i / N$)
 ε = margem de erro desejada
 $Z_{\alpha/2}$ = valor crítico da distribuição normal

Equação 1: Modelo para cálculo de tamanho amostral total em amostragem estratificada (Martins, 2005)

Considerando que o parâmetro p representa a proporção associada ao atributo de interesse na população, e na ausência de informação prévia sobre o valor esperado dessa proporção, adotou-se $p = 0,5$. Esse valor corresponde à condição de máxima variância amostral, sendo recomendado em situações em que não há estimativas anteriores disponíveis, por resultar na definição mais conservadora do tamanho mínimo da amostra (Triola, 1999; Barbetta, 2002).

Para a definição dos parâmetros estatísticos do plano amostral, adotou-se nível de confiança de 95%, utilizando-se $Z = 1,96$, correspondente ao valor crítico da distribuição normal padrão. Para fins comparativos, registra-se que $Z = 1,645$ corresponde ao nível de confiança de 90%. A margem de erro amostral (ϵ) foi testada em três cenários (5%, 7,5% e 10%), com o objetivo de avaliar alternativas de dimensionamento da amostra e suas implicações operacionais para a execução do trabalho de campo.

Para estimar o tamanho populacional de cada estrato (N_i), foi utilizada informação complementar disponibilizada próxima à primeira visita de campo, considerando que os resultados consolidados do Censo Demográfico 2022 ainda não estavam disponíveis no período de planejamento amostral. Assim, adotou-se como referência a proporção de indivíduos com menos de 18 anos, público não contemplado no estudo, equivalente a 27,1% da população quilombola na Bahia, conforme divulgação utilizada como apoio ao ajuste populacional (G1, 2024).

A alocação dos quantitativos amostrais foi realizada por amostragem estratificada, considerando cada comunidade como um estrato, com distribuição proporcional ao tamanho populacional estimado de cada localidade. Os quantitativos mínimos estimados para cada comunidade, sob as três margens de erro testadas, encontram-se sistematizados na Tabela 1.



Tabela 1: População total, população apta estimada e formulários necessários com os erros máximos calculados

COMUNIDADE	POPULAÇÃO (Sr. Jaci)	NI	N COM ERRO MÁXIMO DE 10,0%	N COM ERRO MÁXIMO DE 7,5%	N COM ERRO MÁXIMO DE 5,0%
Sede de Lage dos Negros	<u>5000</u>	3645	37	64	141
Patos I	<u>300</u>	219	3	4	9
Patos II	<u>100</u>	73	1	2	3
Patos III	<u>100</u>	73	1	2	3
Alagadiço de Lage dos Negros	<u>300</u>	219	3	4	9
Casa Nova dos Ferreiras	<u>250</u>	183	2	4	8
Casa Nova dos Amaros	<u>300</u>	219	3	4	9
Casa Nova dos Marinos	<u>150</u>	110	2	2	5
Barrocas	<u>200</u>	146	2	3	6
Gemeleira do Dida	<u>800</u>	584	6	10	23
Sangradouro I	<u>120</u>	88	1	2	4
Sangradouro II	<u>90</u>	66	1	2	3
Poço da Pedra	<u>90</u>	66	1	2	3
Saquinho	<u>350</u>	256	3	5	10
Pacuí	<u>850</u>	620	7	11	24
Bebedouro	<u>280</u>	205	3	4	8
Total	<u>9280</u>	6772	76	125	268

Fonte: elaboração própria

Com base nos resultados apresentados na Tabela 1, definiu-se a adoção da margem de erro intermediária de 7,5%, por representar um parâmetro tecnicamente adequado para conciliar robustez amostral e viabilidade operacional da coleta em campo. A escolha desse valor considerou aspectos logísticos associados ao deslocamento entre comunidades, tempo disponível por visita e necessidade de manter padronização na aplicação dos formulários. Dessa forma, estabeleceu-se como referência a aplicação mínima de 125 formulários, distribuídos proporcionalmente entre os estratos analisados.

Após a definição do parâmetro amostral final, a Tabela 2 apresenta a comparação entre o número mínimo de formulários estimados para cada comunidade (erro máximo de 7,5%) e o total de formulários efetivamente aplicados, permitindo verificar o atendimento ao plano amostral e a cobertura obtida na etapa de campo.

Tabela 2: Formulários aplicados

Comunidade	Nº de formulários mínimos necessários (erro máximo de 7,5%)	Formulários aplicados
Sede de Lage dos Negros	64	65
Patos I	4	4
Patos II	2	2
Patos III	2	2
Alagadiço de Lage dos Negros	4	4
Casa Nova dos Ferreiras	4	4
Casa Nova dos Amaros	4	4
Casa Nova dos Marinos	2	4
Barrocas	3	3
Gameleira do Dida	10	12
Sangradouro I	2	2
Sangradouro II	2	2
Poço da Pedra	2	3
Saquinho	5	5
Pacuí	11	11
Bebedouro	4	6
Total	125	133

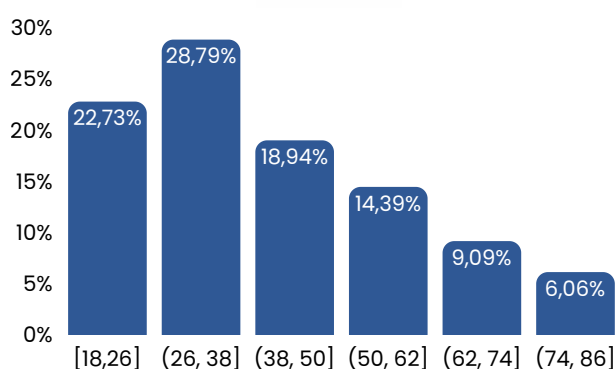
Fonte: elaboração própria

Conforme apresentado na Tabela 2, o quantitativo de formulários efetivamente aplicados atendeu e superou o mínimo definido no plano amostral para a margem de erro de 7,5%, totalizando 133 entrevistas, frente ao mínimo calculado de 125 formulários. Esse resultado confirma o cumprimento do dimensionamento amostral estabelecido e amplia a consistência dos dados obtidos, assegurando base quantitativa suficiente para a aplicação de estatística descritiva

RESULTADOS

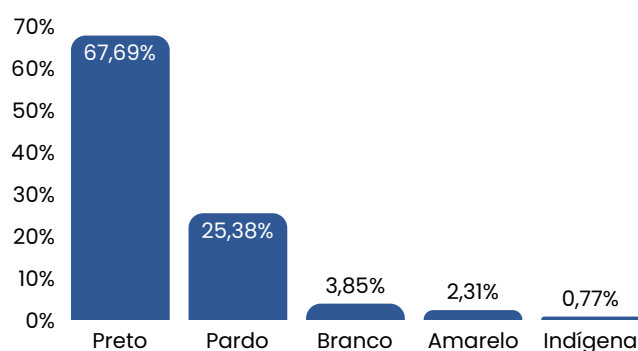
5.1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO E CARACTERIZAÇÃO GERAL

Gráfico 1: idade dos respondentes



Fonte: elaboração própria

Gráfico 2: Cor dos respondentes

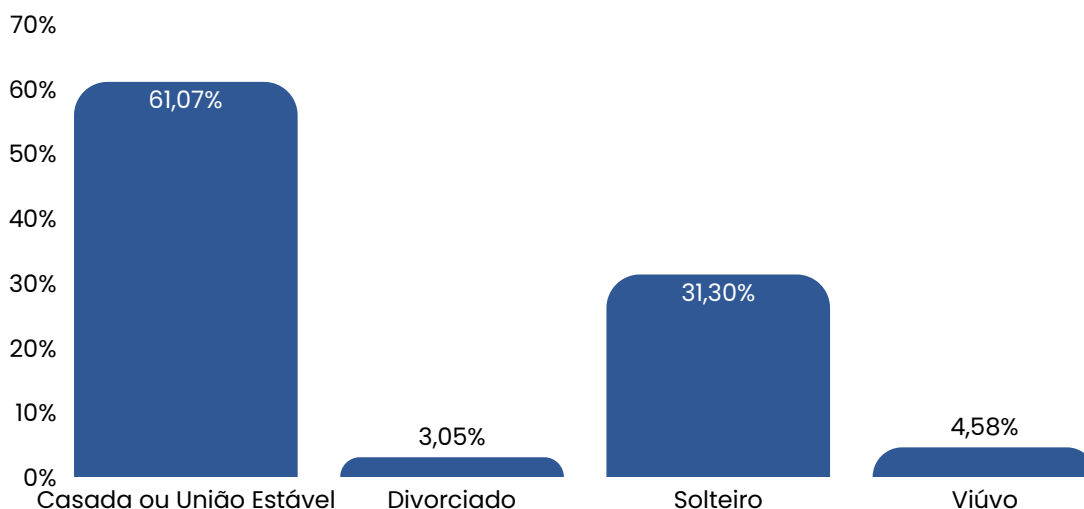


Fonte: elaboração própria

O Gráfico 1 indica predominância de respondentes jovens e adultos em idade economicamente ativa, com maior concentração entre 26 e 38 anos (28,79%), seguida pela faixa de 18 a 26 anos (22,73%). As faixas etárias mais elevadas apresentam menor participação, especialmente acima de 62 anos, revelando uma amostra composta majoritariamente por moradores em grupos de maior dinamismo social e produtivo. Em comparação, dados do Censo Demográfico de 2022 mostram que a população quilombola brasileira também apresenta predominância de grupos mais jovens. Das 1,3 milhão de pessoas quilombolas no Brasil, cerca de 24,7% tinham entre 15 e 29 anos, sendo este o grupo etário predominante (IBGE, 2025).

Em relação à autodeclaração de cor/raça, o Gráfico 2 mostra predominância de respondentes que se identificaram como pretos (67,69%) e pardos (25,38%), com participações reduzidas de outras categorias. Esses dados reforçam o perfil racial das comunidades investigadas e sua vinculação histórica e sociocultural enquanto territórios quilombolas, contribuindo para a caracterização socioterritorial da população analisada.

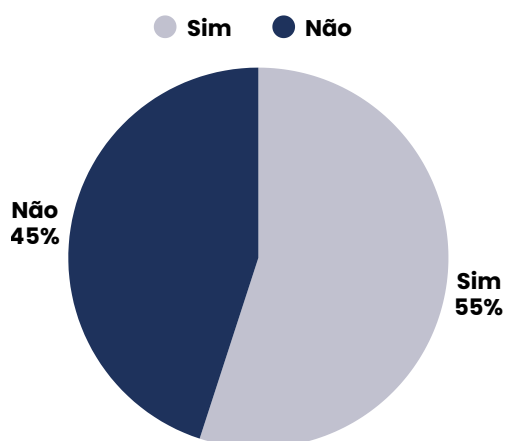
Gráfico 3: Estado Civil dos respondentes



Fonte: elaboração própria

Quanto ao estado civil, o Gráfico 3 demonstra maior incidência de entrevistados casados ou em união estável (61,07%), seguido por solteiros (31,30%), enquanto as demais categorias apresentaram baixa frequência. Os valores observados sugerem a predominância de arranjos familiares consolidados nas comunidades estudadas, informação relevante para interpretação de indicadores ligados à organização domiciliar, dinâmica social e condições de acesso a serviços essenciais.

Gráfico 4: Todos os membros da família nasceram no município de Campo Formoso?

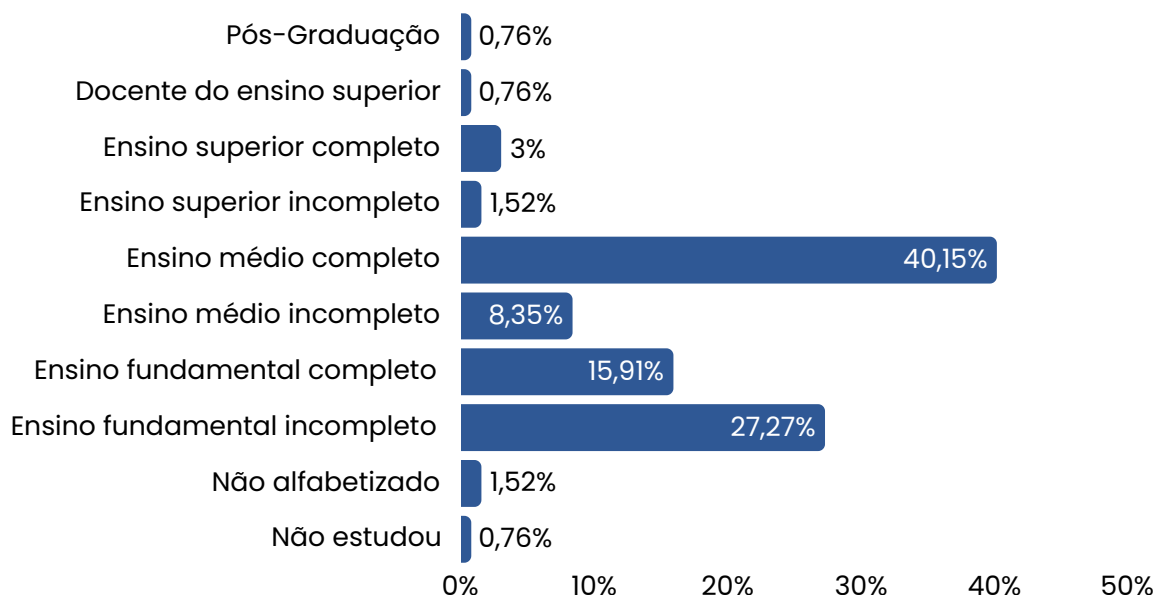


Fonte: elaboração própria

Como apresentado no Gráfico 4, observa-se que 55% dos entrevistados (ou membros da família) nasceram no próprio município de Campo Formoso, enquanto os demais possuem origem em municípios próximos, como Juazeiro, Senhor do Bonfim, Jaguarari e Salvador. As informações levantadas indicam predominância de vínculos territoriais locais, ao mesmo tempo em que demonstra a existência de mobilidade regional. Dessa forma, a concentração de nascidos no próprio município reforça o caráter de permanência e enraizamento das famílias no território estudado, aspecto relevante para interpretação das dinâmicas socioterritoriais e das práticas comunitárias associadas ao uso da terra e ao acesso à água.

5.2. CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Gráfico 5: Grau de escolaridade do entrevistado

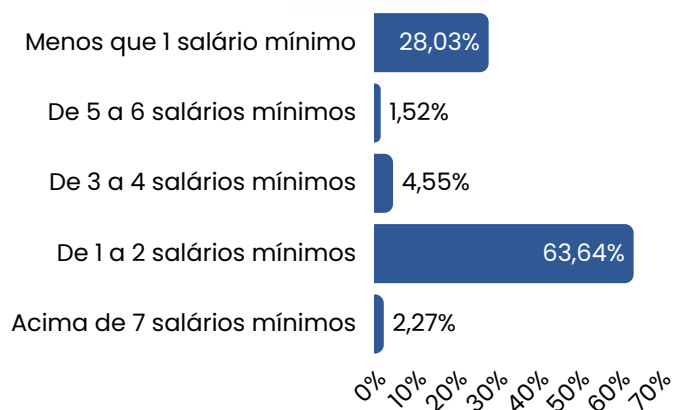


Fonte: elaboração própria

Segundo o que foi apresentado no Gráfico 5, observa-se predominância de respondentes com ensino médio completo (40,15%), seguido por ensino fundamental incompleto (27,27%) e ensino fundamental completo (15,91%). Em menor proporção aparecem níveis de escolaridade mais elevados, como ensino superior completo (3%) e pós-graduação (0,76%), além de registros de baixa escolarização formal, como não alfabetizado (1,52%) e não estudou (0,76%). Em comparação, o Censo Demográfico de 2022 aponta que a taxa de analfabetismo entre Quilombolas no Brasil foi de 18,99%, valor 2,7 vezes superior ao registrado na população geral (7,0%) (IBGE, 2025). Nesse sentido, observa-se que, entre os quilombolas pesquisados em Lage dos Negros, a proporção de analfabetismo é consideravelmente menor que a média nacional da população quilombola, sugerindo um cenário educacional relativamente mais favorável no contexto local.

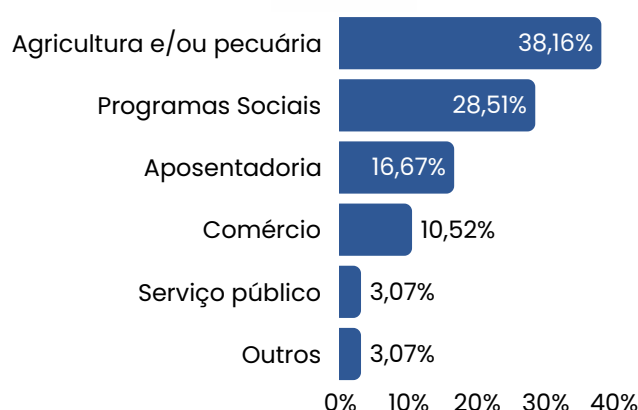


Gráfico 6: Faixa de Renda Familiar



Fonte: elaboração própria

Gráfico 7: Base de Renda Familiar

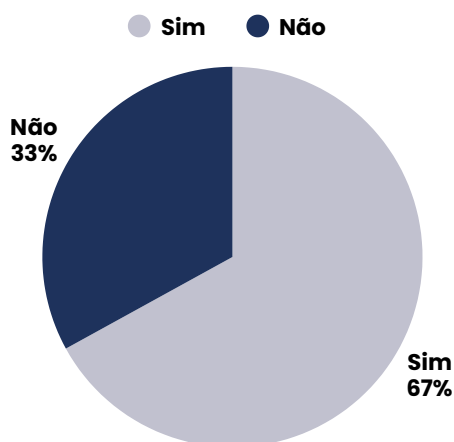


Fonte: elaboração própria

De acordo com o Gráfico 6, observa-se a predominância de famílias com baixa renda, concentradas principalmente na faixa de 1 a 2 salários mínimos (63,64%), seguidas por rendimentos inferiores a 1 salário mínimo (28,03%), enquanto as faixas mais elevadas apresentam baixa representatividade. Esse padrão revela a predominância de baixa renda nas comunidades investigadas, o que constitui variável central para análise das vulnerabilidades socioeconômicas e da capacidade de acesso a bens e serviços essenciais no território. Enquanto isso, o Gráfico 7 demonstra que a renda das famílias entrevistadas é sustentada principalmente pela agricultura e/ou pecuária (38,16%), seguida por programas sociais (28,51%) e aposentadorias (16,67%), enquanto as demais fontes apresentam participação reduzida.

Cabe destacar que, embora o município de Campo Formoso, no qual o distrito de Lage dos Negros está inserido, seja amplamente reconhecido pela atividade de mineração, essa atividade não apareceu entre as fontes de renda mencionadas pelos entrevistados. Esse resultado revela um descompasso entre a dinâmica econômica municipal e a realidade das comunidades quilombolas, que permanecem à margem das atividades mineradoras. Assim, mesmo em um território marcado pela exploração mineral, a base econômica dessas comunidades continua sustentada principalmente por atividades produtivas rurais e transferências socioassistenciais, apontando limitações na inserção dessas populações nas cadeias produtivas mais rentáveis do município.

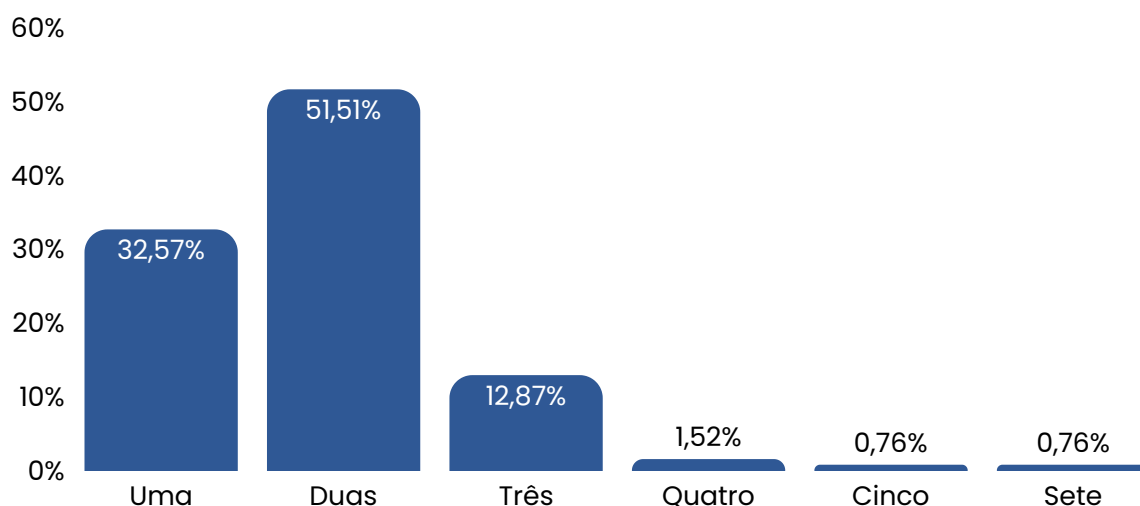
Gráfico 8: Em relação ao trabalho e a renda da família, você trabalha?



Em concordância com o que foi ilustrado no Gráfico 8, 67% dos respondentes declararam que trabalham, enquanto 33% informaram não exercer atividade laboral. Conforme a distribuição observada, é possível afirmar a existência da participação expressiva de moradores em atividades de trabalho, embora com presença relevante de parcela não inserida em ocupação, o que pode estar relacionado a fatores como desemprego, idade, condições de saúde ou dedicação a atividades não remuneradas no ambiente domiciliar e comunitário.

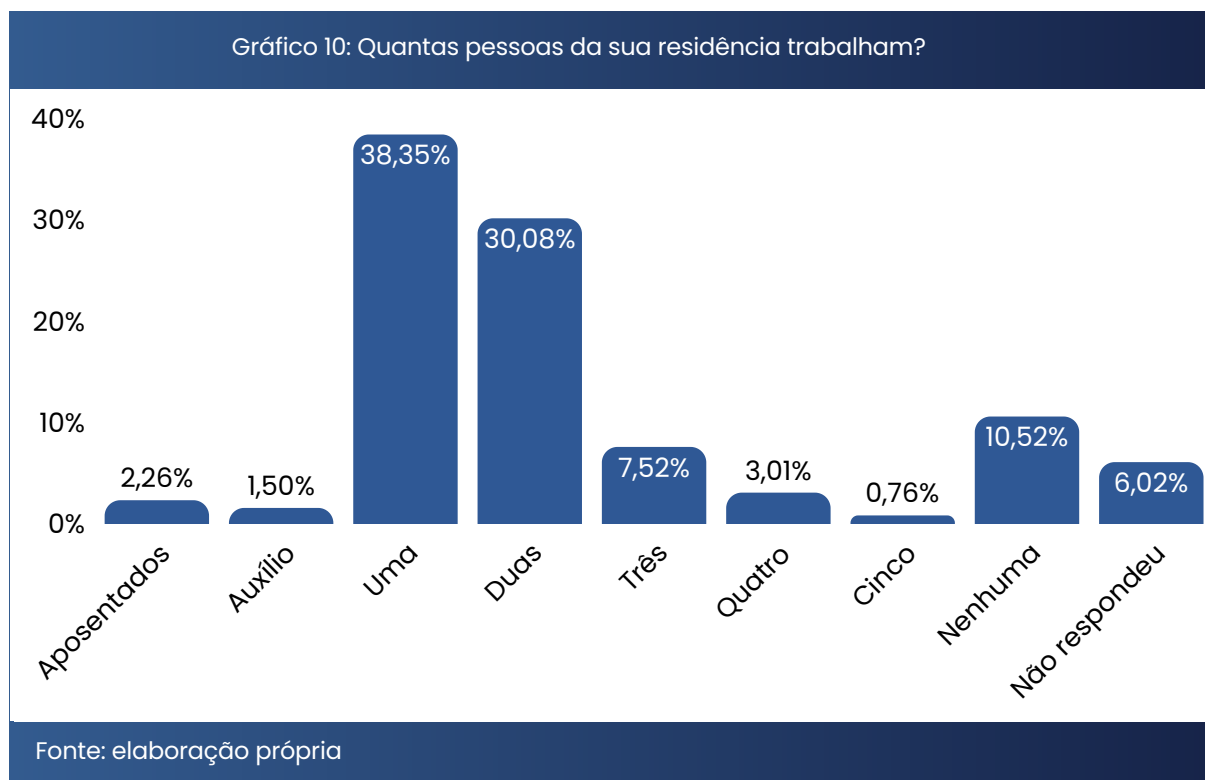
Fonte: elaboração própria

Gráfico 9: Quantas pessoas contribuem para a renda familiar?



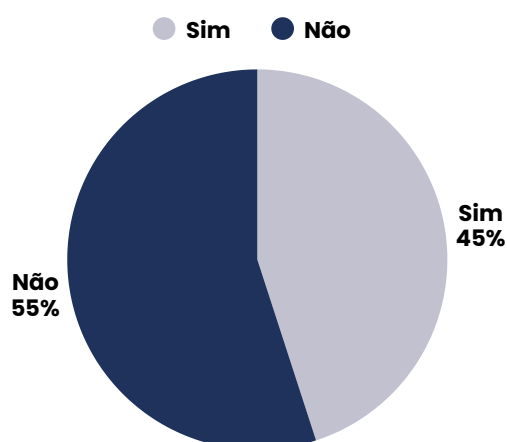
Fonte: elaboração própria

O Gráfico 9 demonstra que, na maioria das residências, a renda familiar é sustentada principalmente por duas pessoas (51,51%) ou uma pessoa (32,57%). Em menor frequência, foram registrados domicílios com três contribuintes (12,87%), quatro (1,52), cinco (0,76) e sete (0,76) contribuintes. O padrão encontrado indica que a composição econômica das famílias depende, em grande parte, de poucos membros economicamente ativos, o que pode aumentar a vulnerabilidade diante de oscilações de renda, sazonalidade do trabalho e instabilidade ocupacional.



Segundo o Gráfico 10, a maioria das residências possui uma (38,35%) ou duas pessoas trabalhando (30,08%), enquanto uma parcela menor conta com três (7,52%) ou quatro trabalhadores (3,01%), havendo ainda domicílios sem nenhuma pessoa ocupada (10,52%), sinalizando que o sustento familiar se concentra em um número reduzido de trabalhadores por residência.

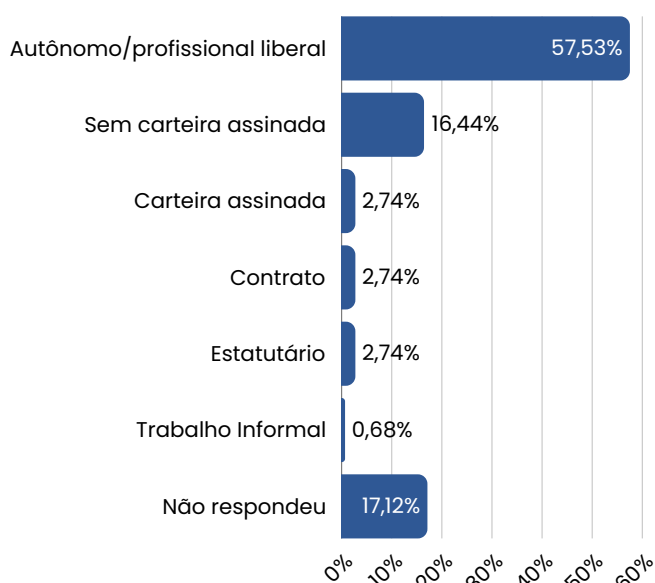
Gráfico 11: Tem algum membro maior de 18 anos na família desempregado?



O Gráfico 11 indica que 55% dos entrevistados informaram não possuir membros maiores de 18 anos desempregados na família, enquanto 45% relataram a presença de pelo menos um adulto desempregado no domicílio. Esse resultado aponta para um nível relevante de vulnerabilidade ocupacional em parte das famílias, condição que pode impactar diretamente a estabilidade da renda e ampliar situações de dependência de programas sociais e outras fontes de subsistência.

Fonte: elaboração própria

Gráfico 12: Tipos de vínculos empregatícios dos entrevistados (%)

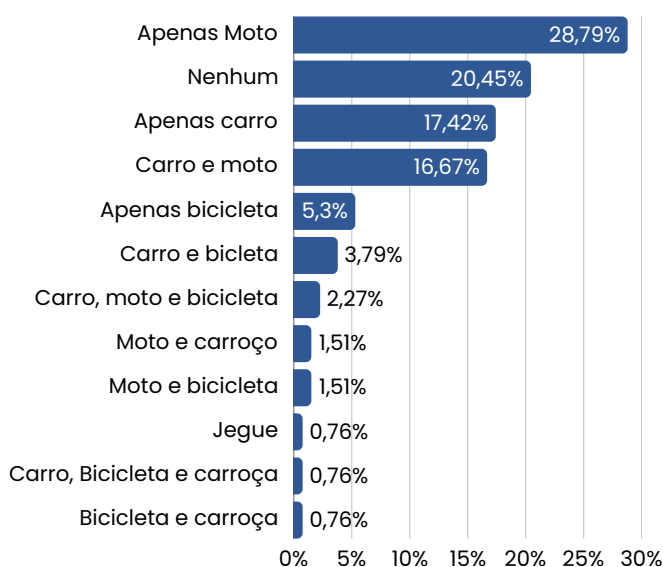


Fonte: elaboração própria

O Gráfico 12 demonstra a predominância do vínculo autônomo/profissional liberal (57,53%), seguida de sem carteira assinada (16,44%) e não resposta (17,12%). As formas de vínculo formal apresentaram baixa ocorrência, com carteira assinada (2,74%), contrato (2,74%) e estatutário (2,74%). Esses resultados sugerem que a inserção produtiva dos entrevistados ocorre majoritariamente por relações de trabalho pouco formalizadas, o que pode refletir condições de

trabalho mais instáveis e menor acesso a direitos trabalhistas e proteção social, cenário frequentemente associado às dinâmicas de trabalho em contextos rurais e em territórios historicamente marcados por desigualdades socioeconômica. A quantidade expressiva de não respostas sugere certo receio por parte dos entrevistados em declarar vínculos empregatícios, possivelmente associado à informalidade das relações de trabalho, ao medo de exposição ou à insegurança quanto às implicações dessas informações.

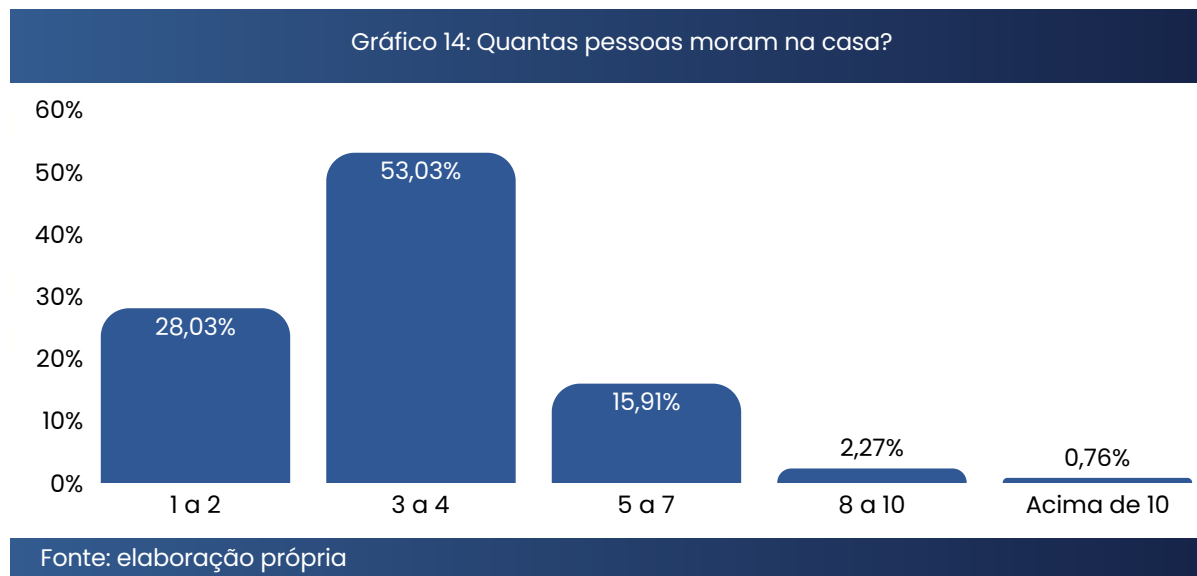
Gráfico 13: Que tipo de transporte a família possui?



Fonte: elaboração própria

Conforme o Gráfico 13, o meio de transporte mais frequente foi apenas moto (28,79%), seguido por nenhum transporte (20,45%) e apenas carro (17,42%), além de combinações como carro e moto (16,67%) e registros pontuais de bicicleta e carroça, indicando mobilidade centrada em veículos individuais e a presença de famílias sem meios próprios de deslocamento, o que pode afetar o acesso a serviços, trabalho e insumos essenciais.

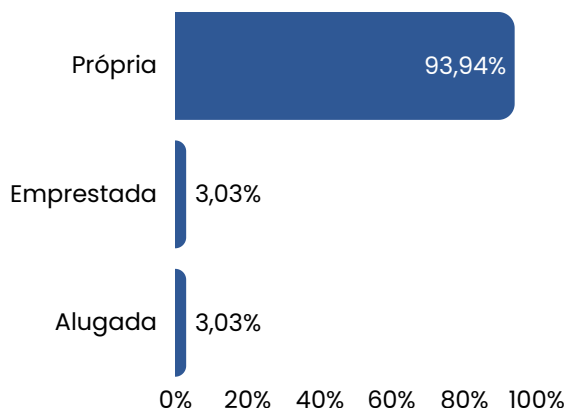
5.2. CONDIÇÕES HABITACIONAIS E DE INFRAESTRUTURA



Como observado no Gráfico 14, observa-se predominância de residências com 3 a 4 moradores (53,03%), seguida por domicílios com 1 a 2 moradores (28,03%) e 5 a 7 moradores (15,91%). Registros de maior adensamento domiciliar foram menos frequentes, com 8 a 10 moradores (2,27%) e acima de 10 moradores (0,76%). Esses dados revelam a prevalência de arranjos domiciliares de pequeno a médio porte, contribuindo para a caracterização da composição familiar nas comunidades investigadas.



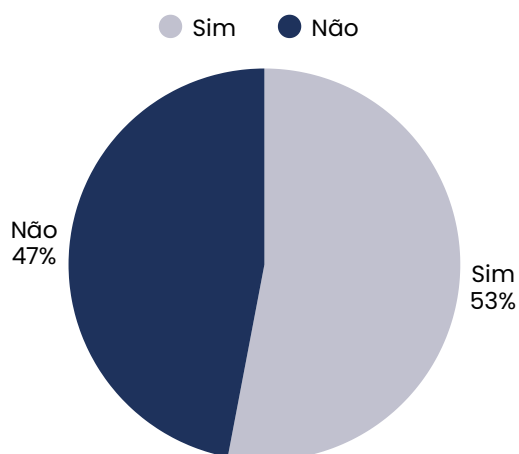
Gráfico 15: Tipo de residência



Fonte: elaboração própria

De acordo com o Gráfico 15, verifica-se que a maioria das residências foi classificada como própria (93,94%), enquanto as categorias alugada (3,03%) e emprestada (3,03%) apresentaram baixa frequência. Esse resultado aponta para predominância de permanência e estabilidade residencial no território analisado, aspecto relevante para a leitura socioterritorial e para interpretação das condições estruturais das moradias.

Gráfico 16: A rua é pavimentada?

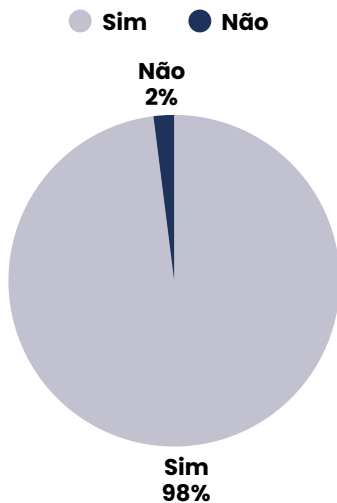


Fonte: elaboração própria

Adentrando a análise da infraestrutura domiciliar básica, o Gráfico 16 demonstra que 53% dos entrevistados informaram residir em rua pavimentada, enquanto 47% relataram ausência de pavimentação. A avaliação dos registros demonstra a variação na presença de infraestrutura viária entre as localidades estudadas, condição que pode influenciar diretamente a mobilidade, o acesso a serviços públicos e a logística de abastecimento em áreas rurais e dispersas.



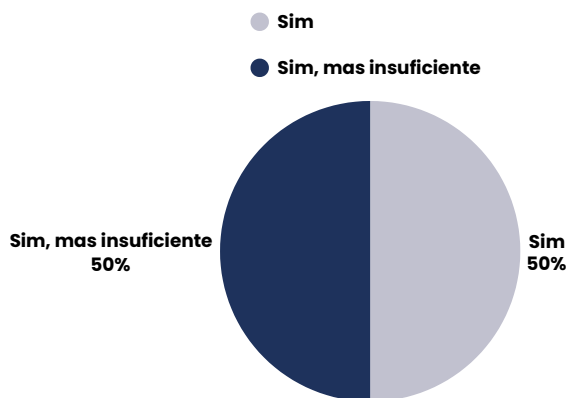
Gráfico 17: Há energia elétrica na sua residência?



Fonte: elaboração própria

Conforme demonstrado no Gráfico 17, observa-se ampla cobertura de energia elétrica nas residências, com 98% de respostas afirmativas e apenas 2% de respostas negativas. Esse dado aponta para elevada disponibilidade do serviço no conjunto analisado, configurando um componente essencial de infraestrutura domiciliar básica nas comunidades investigadas.

Gráfico 18: Há iluminação pública na comunidade?



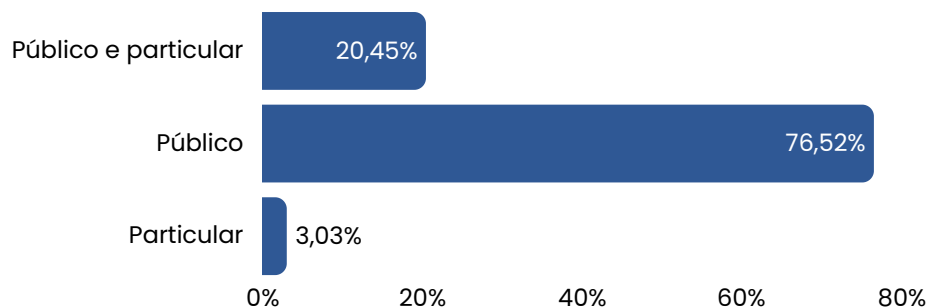
Fonte: elaboração própria

Conforme exposto na metodologia, algumas questões de caráter coletivo foram direcionadas exclusivamente às lideranças comunitárias, de modo que as respostas representam a realidade observada em cada comunidade e não apenas a percepção individual dos moradores. Nesse sentido, o Gráfico 18 assinala que 50% (8) das comunidades investigadas informaram haver iluminação pública, enquanto 50% (8) relataram que o serviço existe, porém de forma insuficiente, apontando limitações na cobertura e/ou adequação do atendimento às demandas locais.



5.4. ACESSO A SERVIÇOS DE SAÚDE E CONDIÇÕES SANITÁRIAS AUTORREFERIDAS

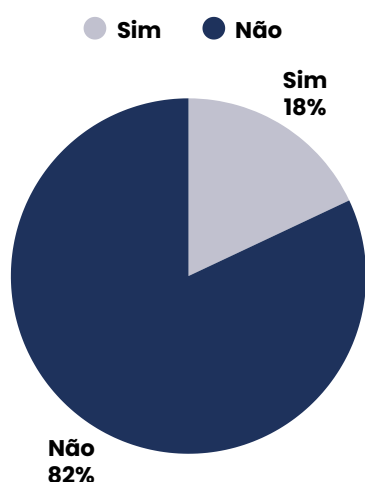
Gráfico 19: Utilização de serviços de saúde pelos entrevistados



Fonte: elaboração própria

Em alinhamento com o Gráfico 19, observa-se predominância de utilização de serviços públicos de saúde (76,52%), seguida pelo uso combinado de serviços públicos e particulares (20,45%). A utilização exclusiva de serviços particulares apresentou baixa frequência (3,03%). O resultado sugere forte dependência da rede pública como principal forma de acesso à assistência em saúde nas comunidades investigadas.

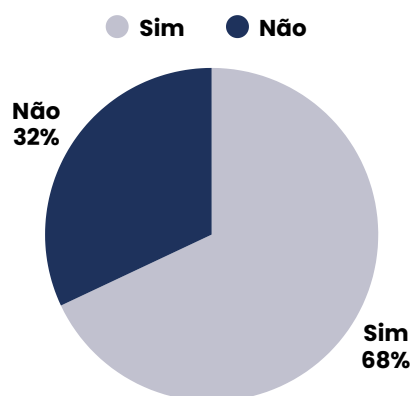
Gráfico 20: Existe posto de saúde na comunidade?



Fonte: elaboração própria

O Gráfico 20 mostra que 82% das comunidades avaliadas informaram não possuir posto de saúde, enquanto 18% relataram a existência desse equipamento, correspondendo a três comunidades: Gameleira do Dida, Pacuí e Lage dos Negros. Ressalta-se mais uma vez que, conforme descrito na metodologia, esse tipo de informação foi obtida a partir de questionamentos direcionados às lideranças comunitárias, por se tratar de variável coletiva e representativa das condições de infraestrutura e serviços disponíveis no território.

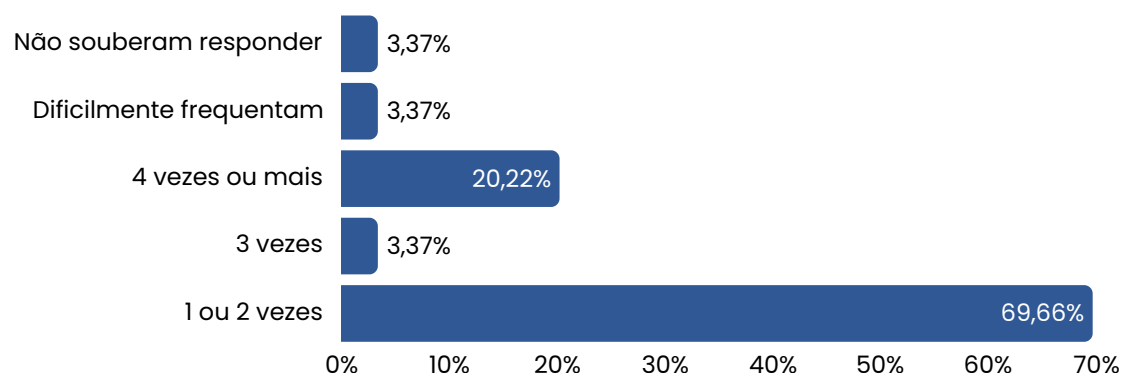
Gráfico 21: Presença de agente comunitário de saúde (ACS) na rua



De acordo com o Gráfico 21, 68% dos entrevistados afirmaram haver agente comunitário de saúde em sua rua, enquanto 32% relataram ausência desse acompanhamento. Esse resultado sugere uma cobertura relevante de ACS em parte significativa do território, embora permaneçam áreas sem acompanhamento regular, o que pode influenciar o acesso a ações preventivas e de monitoramento da saúde no nível domiciliar.

Fonte: elaboração própria

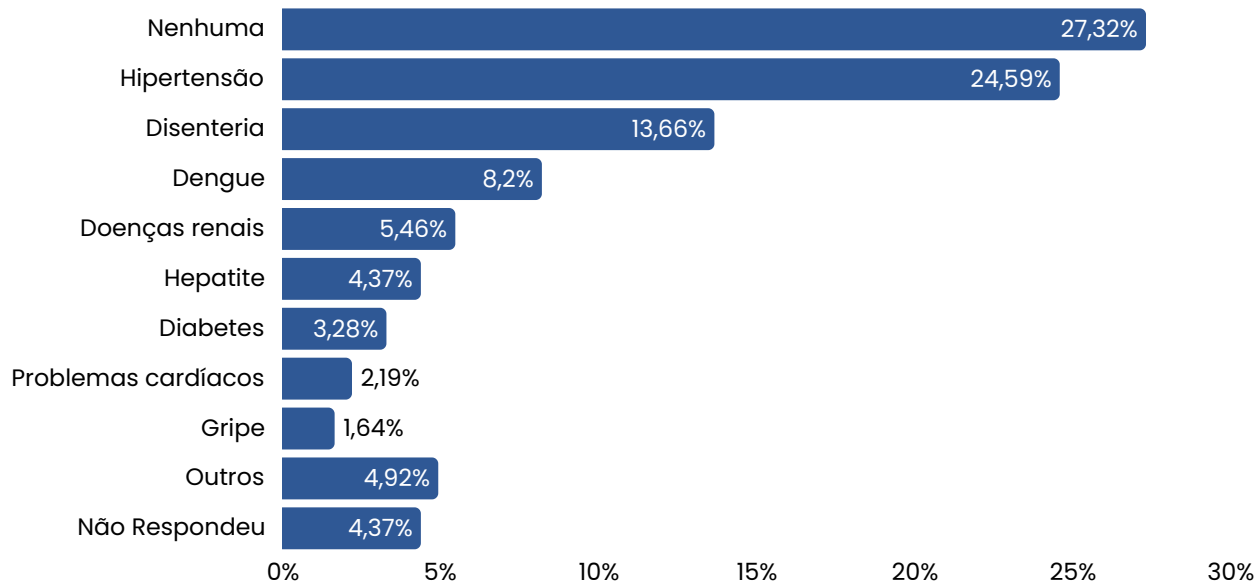
Gráfico 22: Caso tenha, com que frequência os agentes comunitários de saúde visitam a sua residência mensalmente?



Fonte: elaboração própria

O Gráfico 22 demonstra que, entre os respondentes, a frequência mais registrada foi de 1 a 2 visitas mensais (69,66%), seguida por 4 visitas ou mais (20,22%). As categorias 3 visitas (3,37%) e relatos de que os agentes dificilmente frequentam (3,37%) apresentaram baixa ocorrência, assim como casos de não souberam responder (3,37%). O resultado aponta que, onde há cobertura, o acompanhamento tende a ocorrer com periodicidade mensal, embora com variações quanto à regularidade do atendimento entre as comunidades.

Gráfico 23: Doenças frequentes no domicílio (autorreferidas)



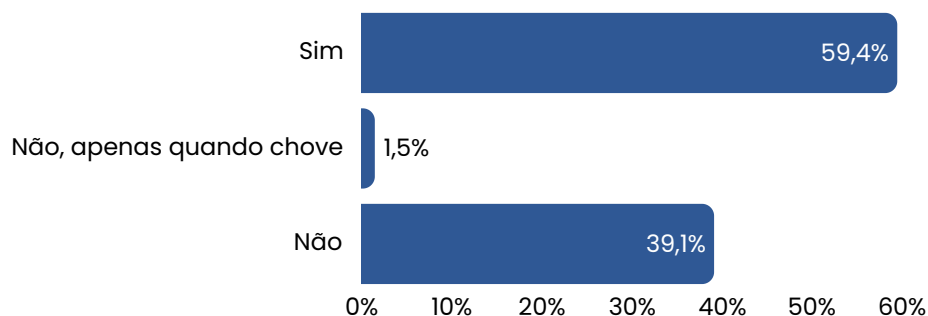
Fonte: elaboração própria

O Gráfico 23 apresenta as doenças frequentes relatadas pelos entrevistados no âmbito domiciliar. Observa-se maior ocorrência da categoria “nenhuma” (27,32%), seguida por hipertensão (24,59%) e disenteria (13,66%). Também foram registrados relatos de dengue (8,20%) e doenças renais (5,46%), além de ocorrências menos frequentes, como hepatite (4,37%), diabetes (3,28%), problemas cardíacos (2,19%) e gripe (1,64%). Ressalta-se que os dados refletem informações autorreferidas, funcionando como indicador complementar para interpretação das condições de saúde e possíveis vulnerabilidades associadas às condições ambientais e sanitárias das comunidades investigadas.

Alguns desses agravos também aparecem de forma relevante nos registros epidemiológicos oficiais (Brasil, 2026). As doenças diarreicas agudas, por exemplo, somaram 526.617 casos na Bahia em 2024, além de 867 casos no município de Campo Formoso no mesmo período, assinalando a permanência desse tipo de enfermidade como questão significativa de saúde pública. A dengue também apresenta números expressivos, com 232.421 casos prováveis na Bahia em 2024 e 829 casos prováveis em Campo Formoso. Já em relação à hepatite A, embora não haja registro recente da doença em Campo Formoso nos dados oficiais, sendo o último caso registrado em 2016, a enfermidade foi mencionada por entrevistados na pesquisa realizada em Lage dos Negros, o que reforça a importância de considerar informações locais e relatos comunitários como elementos complementares para compreensão das condições de saúde no território.

5.5. CONDIÇÕES DE ACESSO À ÁGUA, SANEAMENTO E RISCOS SOCIOAMBIENTAIS

Gráfico 24: Mora próximo a algum córrego ou rio que corta a cidade?

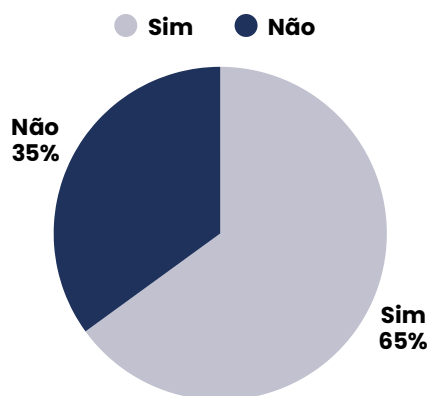


Fonte: elaboração própria

Tendo em vista o que foi apresentado no Gráfico 24, observa-se que 59,40% entrevistados declararam morar próximo a algum córrego ou rio, enquanto 39,1% informaram não residir próximo a esses corpos hídricos. Também foram registrados 2 casos (1,5%) classificados como “não (só quando chove)”. A leitura dos dados ressaltam a presença expressiva de domicílios situados em áreas próximas a cursos d’água, o que pode influenciar práticas de uso do recurso hídrico e exposição a situações de risco ambiental.

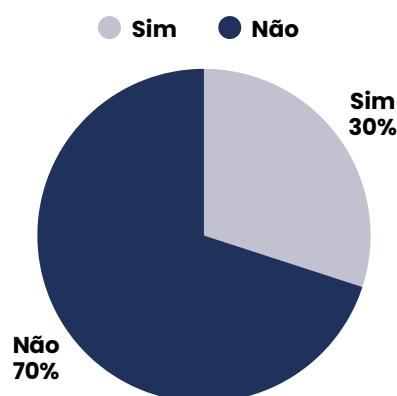


Gráfico 25: Se sim, vejo nas margens do rio ou córrego vegetação para protegê-lo?



Fonte: elaboração própria

Gráfico 26: Em sua residência/rua ocorre algum problema no período de chuva?

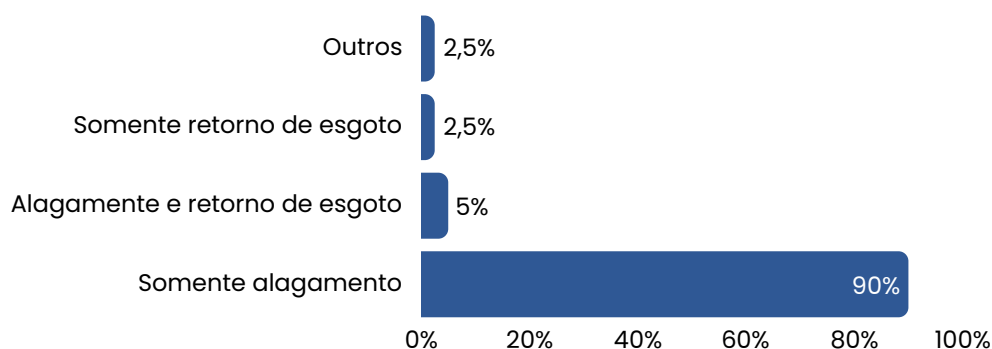


Fonte: elaboração própria

De acordo com o Gráfico 25, 65% dos entrevistados afirmaram observar vegetação nas margens do rio ou córrego próximo, enquanto 35% relataram ausência. Esse resultado sugere que parte significativa do entorno dos corpos hídricos ainda apresenta cobertura vegetal, embora haja registros de áreas com possível fragilidade ambiental, elemento relevante para interpretação de proteção de margens e conservação hídrica local.

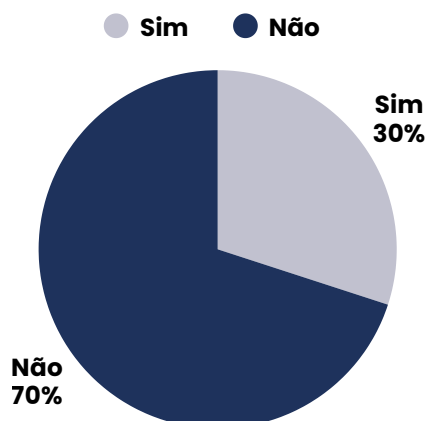
Do Gráfico 26 mostra que a maioria dos entrevistados (70%) relatou não enfrentar problemas durante o período chuvoso, enquanto 30% afirmaram a ocorrência de algum tipo de impacto, demonstrando que parte dos domicílios está exposta a eventos críticos nesse período. Em seguida, o Gráfico 27 aponta que, entre os problemas relatados, o alagamento foi o mais frequente (90%), seguido por registros pontuais de alagamento associado ao retorno de esgoto (5%), apenas retorno de esgoto (2,5%) e outros tipos de ocorrência (2,5%), revelando a predominância de problemas relacionados à drenagem.

Gráfico 27: Problemas relacionados a chuva



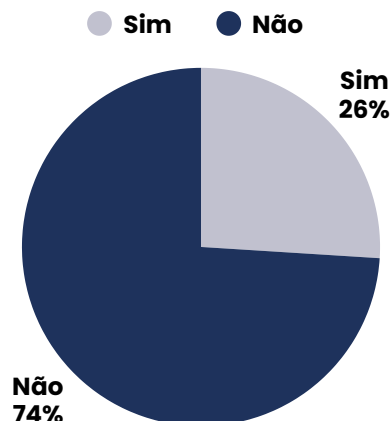
Fonte: elaboração própria

Gráfico 28: Existem pontos de vazamento de esgoto próximo a residência?



Fonte: elaboração própria

Gráfico 29: Há mau cheiro de esgoto?



Fonte: elaboração própria

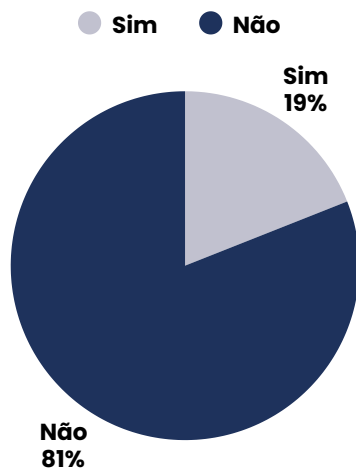
Segundo o Gráfico 28, 70% dos entrevistados informaram não existir pontos de vazamento de esgoto próximos à residência, enquanto 30% relataram a presença desses pontos. Essa informação ressalta a ocorrência relevante de situações de risco sanitário no entorno domiciliar para parte da população investigada.

De acordo com o Gráfico 29, 74% dos respondentes afirmaram não perceber mau cheiro de esgoto na rua, enquanto 26% relataram presença de odor. O dado sugere que, embora a maioria não identifique esse tipo de incômodo, há registros expressivos de condições que podem indicar deficiência sanitária e exposição ambiental em determinadas áreas.



Imagem de vazamentos na comunidade registrada pela autora

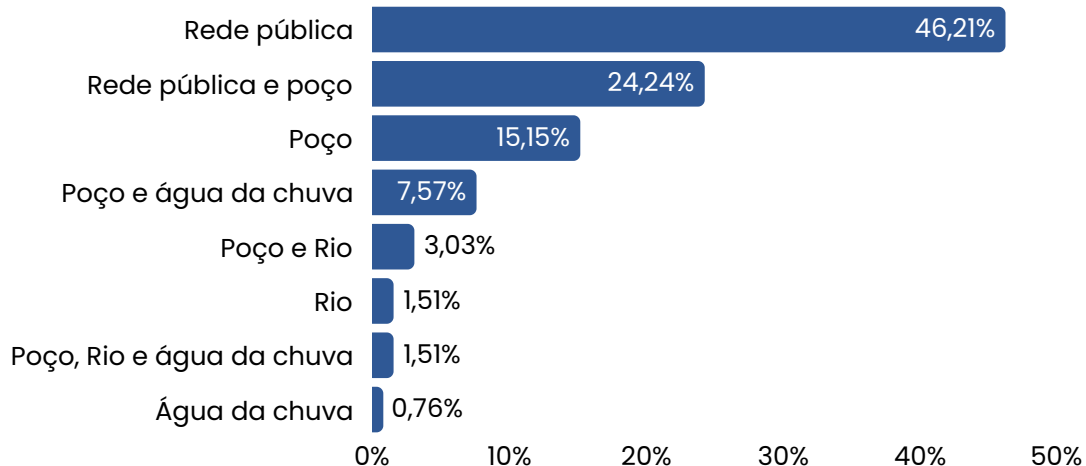
Gráfico 30: A comunidade possui rede de esgoto?



Fonte: elaboração própria

O Gráfico 30 assinala que a maioria das comunidades avaliadas, correspondente a 81%, não dispõe de rede de esgotamento sanitário, enquanto apenas 19% informaram a existência desse tipo de infraestrutura. A distribuição observada ressalta a elevada deficiência na oferta de serviços de esgotamento sanitário no território analisado, configurando um cenário de vulnerabilidade socioambiental associado à ausência de sistemas coletivos de coleta e tratamento de esgoto.

Gráfico 31: Qual fonte de água abastece sua residência?



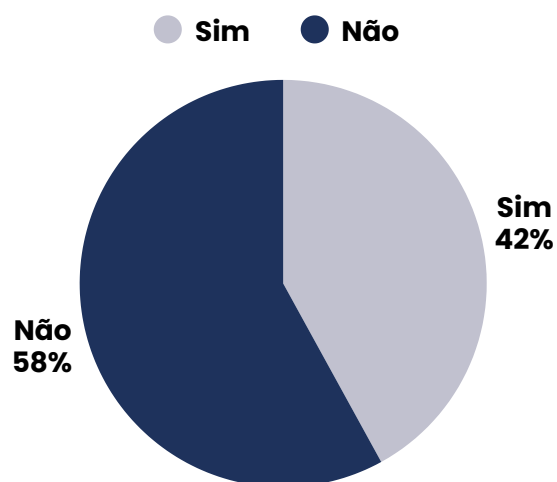
Fonte: elaboração própria

O Gráfico 31 demonstra que a principal fonte de abastecimento declarada foi a rede pública (46,21%), seguida pela combinação rede pública e poço (24,24%) e pelo uso exclusivo de poço (15,15%). Também foram registradas formas alternativas, como poço e água da chuva (7,57%), além de ocorrências pontuais envolvendo rio e combinações diversas. Em comparação, nos Territórios Quilombolas Brasileiros, apenas 33,61% utilizam a rede geral, enquanto há maior uso de poços (31,85% profundos e 10,48% rasos). Assim, embora a participação da rede pública seja maior nas comunidades analisadas no presente estudo, a presença de combinações de fontes sugere limitações no abastecimento (IBGE, 2024).

Conforme indicado no Gráfico 32, 42% dos entrevistados informaram utilizar a água disponível no domicílio para beber e cozinhar, enquanto 58% declararam não utilizar. Esse padrão expressa restrição significativa no uso da água para consumo direto, sugerindo limitações associadas à qualidade percebida, confiabilidade do abastecimento ou adequação sanitária do recurso disponível.

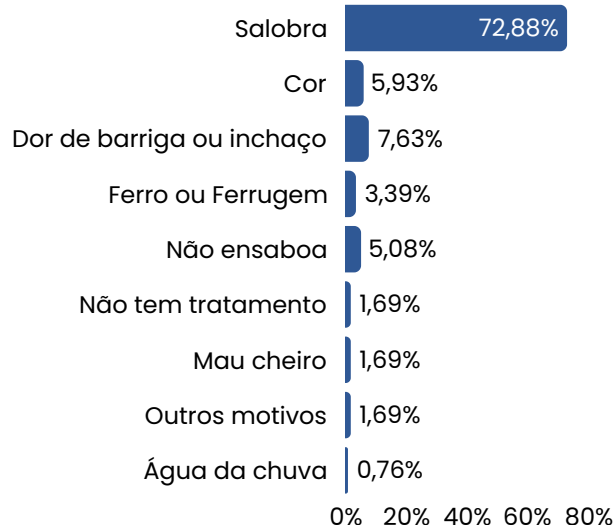
O Gráfico 33 apresenta os principais motivos informados pelos entrevistados para não utilizar a água disponível no domicílio para beber e cozinhar. Observa-se predominância do motivo salobra (72,88%), seguido por relatos de dor de barriga ou inchaço (7,63%), cor (5,93%) e não ensaboa (5,08%). Em menor proporção, foram citados ferro ou ferrugem (3,39%), além de registros pontuais relacionados à ausência de tratamento, mau cheiro e outros motivos (1,69% cada). Os resultados salientam que as restrições de uso estão majoritariamente associadas à qualidade percebida da água, especialmente quanto ao sabor, características físicas e possíveis efeitos à saúde.

Gráfico 32: E usa essa água para beber ou cozinhar?



Fonte: elaboração própria

Gráfico 33: Motivos relatados para não utilizar a água para beber e cozinhar (%)

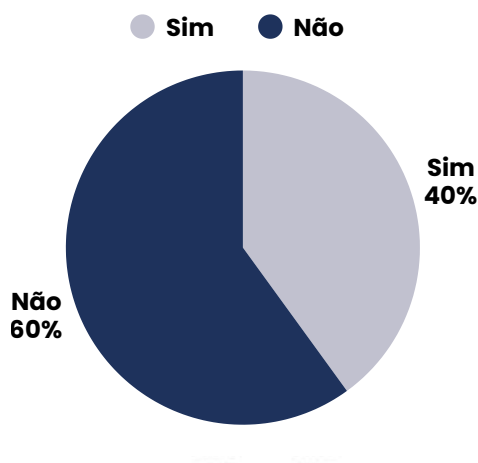


Fonte: elaboração própria

Segundo o Gráfico 34, 60% dos entrevistados declararam não realizar nenhum tipo de tratamento da água antes de beber ou cozinhar, enquanto 40% afirmaram adotar algum procedimento. O resultado aponta que parcela expressiva dos domicílios consome água sem tratamento prévio, aspecto relevante para avaliação de vulnerabilidade sanitária e risco de exposição a agravos associados à qualidade da água.

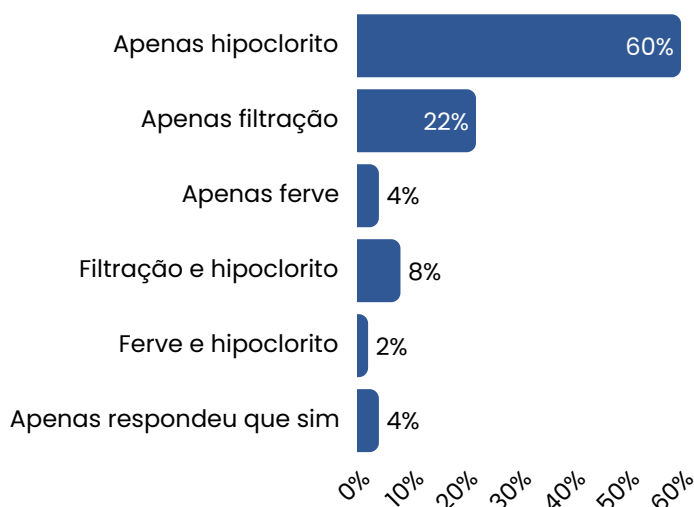
O Gráfico 35 sistematiza os métodos de tratamento relatados pelos entrevistados. Observa-se predominância do uso de hipoclorito (60%), seguido de filtração (22%) e práticas menos frequentes como ferver (4%), além de combinações como filtração e hipoclorito (8%) e ferver e hipoclorito (2%). Esses dados sugerem maior adesão a medidas químicas de desinfecção, com baixa ocorrência de métodos térmicos.

Gráfico 34: Antes de cozinhar ou beber há algum tipo de tratamento?



Fonte: elaboração própria

Gráfico 35: Tipos de tratamento da água adotados pelos moradores

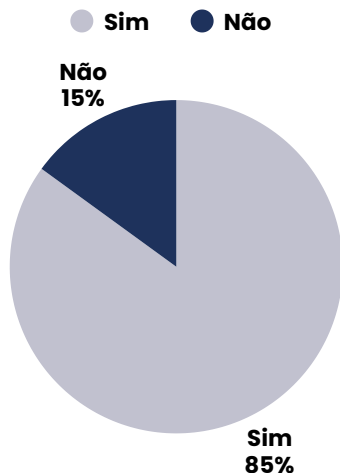


Fonte: elaboração própria



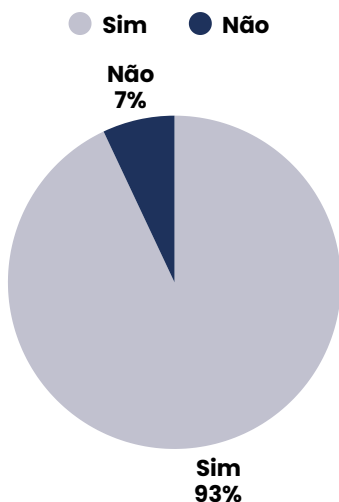
Imagens da comunidade registradas pela autora

Gráfico 36: Compra água para beber ou cozinhar?



Fonte: elaboração própria

Gráfico 37: Em sua residência existe cisterna, caixa d'água ou outro tipo de reservatório?

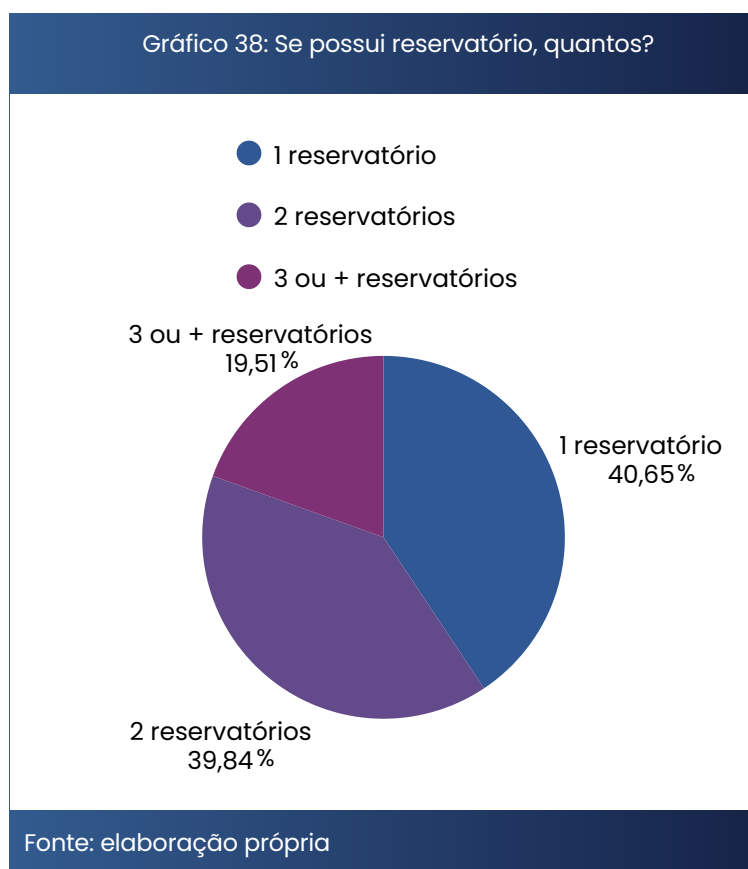


Fonte: elaboração própria

O Gráfico 36 apresenta que 85% dos respondentes relataram comprar água para beber ou cozinhar, enquanto 15% informaram não realizar compra. Esse resultado indica dependência de aquisição de água como estratégia doméstica de acesso ao consumo, configurando impacto potencial sobre o orçamento familiar e revelando fragilidades no fornecimento de água segura para ingestão, considerando que, em 2024, a água é comercializada por aproximadamente R\$3,00 o galão de 20 litros.

Conforme apresentado no Gráfico 37, 93% dos entrevistados informaram possuir cisterna, caixa d'água ou outro tipo de reservatório, enquanto 7% declararam não dispor dessas estruturas. O resultado demonstra presença significativa de mecanismos de armazenamento domiciliar, compatível com realidades de abastecimento intermitente e necessidade de reserva para uso cotidiano.

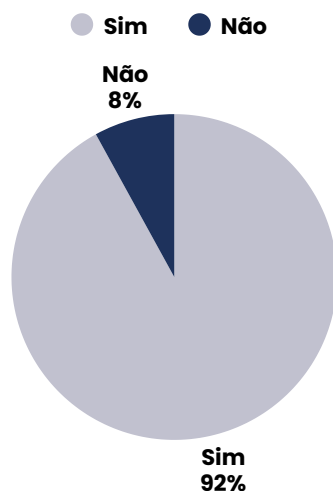




O Gráfico 38 mostra que, entre os domicílios que possuem reservatórios, 40,65% dos respondentes relataram ter 1 reservatório, 39,84% informaram ter 2 reservatórios, e 19,51% declararam possuir 3 ou mais reservatórios. Esse dado reforça a relevância do armazenamento como estratégia recorrente de gestão doméstica da água, apontando capacidade variável de reserva entre as famílias entrevistadas.



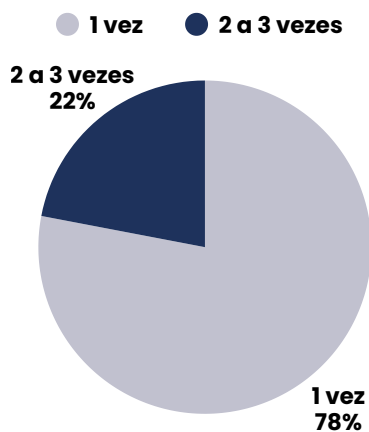
Gráfico 39: Existência de coleta de lixo nas comunidades



Fonte: elaboração própria

A partir do Gráfico 39, observa-se que a maior parte dos entrevistados relatou existência de coleta de lixo (92%), enquanto 8% afirmaram não dispor do serviço. O resultado indica presença predominante do serviço de coleta domiciliar no conjunto analisado, embora persistam registros pontuais de ausência do atendimento em algumas localidades. Em comparação, dados do Censo Demográfico de 2022 expressam que, no município de Campo Formoso, 72,3% da população tinham o lixo do domicílio coletado (IBGE, 2023). Assim, observa-se que o percentual identificado nas comunidades pesquisadas é superior à média municipal.

Gráfico 40: Frequência da coleta de lixo

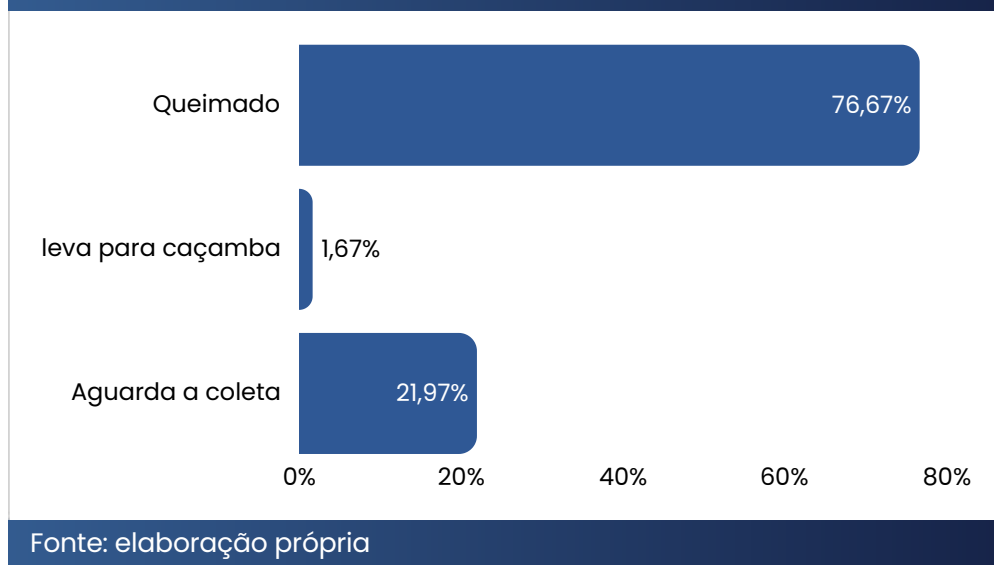


Fonte: elaboração própria

De acordo com o Gráfico 40, entre os respondentes que informaram existir coleta, predomina a frequência de 1 vez por semana (78%), seguida por 2 a 3 vezes por semana (22%). Esses dados manifestam que a coleta ocorre majoritariamente de forma semanal, configurando periodicidade limitada para determinadas demandas comunitárias, especialmente em contextos com elevada geração de resíduos domiciliares.

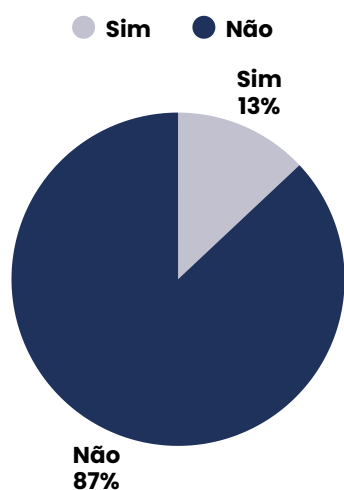


Gráfico 41: Se o lixo não é coletado, qual é o destino?



O Gráfico 41 demonstra que, nos casos em que o lixo não é coletado, a alternativa mais frequente é a queima (76,67%), seguida por aguardar a coleta (21,97%) e ocorrência pontual de destinação por caçamba (1,67%). O padrão observado aponta para práticas de descarte com potencial de impacto ambiental e sanitário, especialmente quando realizadas em áreas próximas às residências e em locais com circulação comunitária.

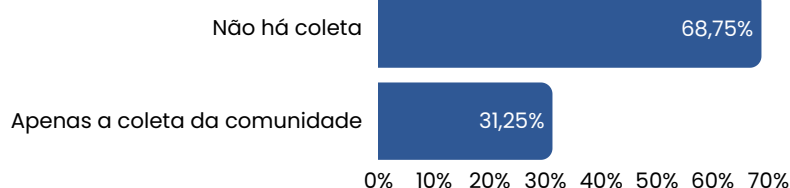
Gráfico 42: Existência de serviços de limpeza na comunidade



Fonte: elaboração própria

Como demonstrado no Gráfico 42, 87% das comunidades informaram não possuir serviços de limpeza, enquanto 13% relataram a existência desse atendimento. Destaca-se que os respondentes que marcaram “sim” associaram o serviço principalmente à realização de varrição de ruas e podação de árvores, caracterizando ações pontuais de manutenção do espaço público comunitário.

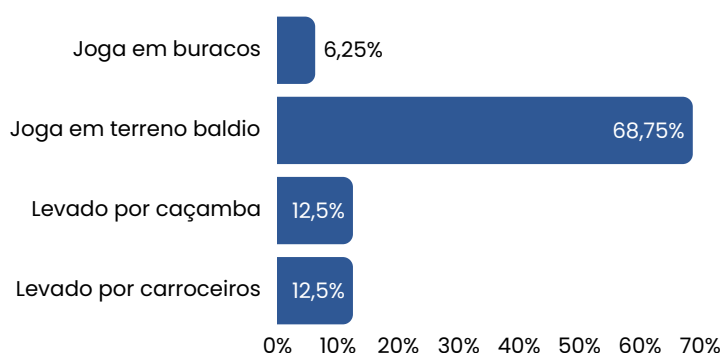
Gráfico 43: Existe coleta de recicláveis na sua comunidade?



Fonte: elaboração própria

De acordo com o Gráfico 43, a maioria das comunidades relatou não possuir coleta de recicláveis (68,75%), o que corresponde a 11 comunidades, enquanto 5 comunidades (31,25%) informaram a existência de algum tipo de coleta. Esses dados apontam baixa cobertura de mecanismos de coleta seletiva, revelando limitações na gestão diferenciada de resíduos sólidos e no aproveitamento de materiais recicláveis nas comunidades investigadas. Essa situação pode comprometer práticas mais adequadas de destinação de resíduos e restringir iniciativas locais relacionadas à reciclagem e à gestão ambiental.

Gráfico 44: Para onde vão os entulhos da construção civil na sua comunidade?



Fonte: elaboração própria

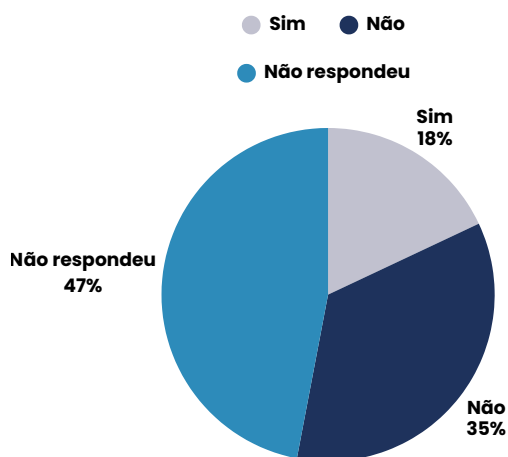
O Gráfico 44 apresenta os locais de destinação dos entulhos gerados pela construção civil. Observa-se predominância do descarte em terreno baldio (68,75%), além de registros pontuais de destinação por caçamba (12,5%) e outras formas como transporte por carroceiros (12,5%) e descarte em buracos com carrinho de mão (6,25%). Esses dados destacam a ausência de manejo sistematizado para resíduos da construção civil

em parte das comunidades, apontando a necessidade de alternativas técnicas e operacionais para destinação adequada.



5.5. PRÁTICAS PRODUTIVAS E PERCEPÇÃO SOBRE AGROECOLOGIA

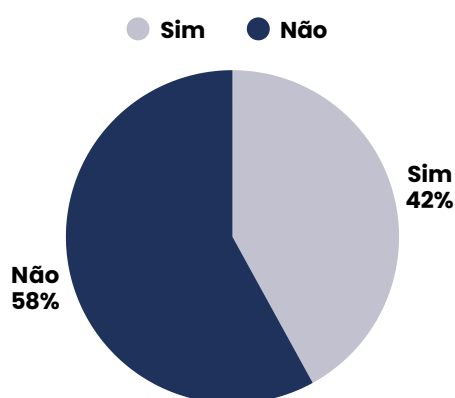
Gráfico 45: Uso de agrotóxicos ou fertilizantes químicos



Fonte: elaboração própria

Considerando a relevância das atividades rurais para a dinâmica socioeconômica das famílias, foi incluído no levantamento um conjunto de questões voltadas às práticas produtivas, com ênfase no uso de insumos agrícolas. Conforme apresentado no Gráfico 45, 18% dos entrevistados declararam utilizar algum tipo de agrotóxico ou fertilizante químico, enquanto 35% informaram não utilizar. Destaca-se ainda que 47% dos respondentes não responderam à questão, assinalando elevada taxa de não declaração. Esse resultado deve ser interpretado com cautela, uma vez que, em levantamentos realizados em áreas rurais, pode ocorrer subnotificação associada a receio de exposição, julgamento social ou dúvidas quanto às implicações do uso declarado (Buralli et. al, 2021)

Gráfico 46: Já ouviu falar em agroecologia?



Fonte: elaboração própria

O Gráfico 46 demonstra que 58% dos entrevistados afirmaram não ter ouvido falar em agroecologia, enquanto 42% informaram já ter tido contato com o termo. Embora parte dos respondentes reconheça a expressão, observa-se que o conhecimento conceitual ainda é limitado, indicando que a temática apresenta baixa difusão formal entre os moradores, apesar da presença de práticas produtivas que podem se aproximar de princípios agroecológicos no cotidiano rural. Nesse sentido, os resultados apontam potencial para ações de extensão rural e educação ambiental voltadas à difusão de práticas sustentáveis e ao fortalecimento da produção agrícola com menor dependência de insumos químicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados sistematizados neste estudo permitiram caracterizar o perfil socioterritorial dos moradores das Comunidades Quilombolas de Lage dos Negros, no município de Campo Formoso (BA), com base em levantamento primário estruturado e aplicação de estatística descritiva. De modo geral, os achados revelam um território rural com forte permanência populacional e identidade comunitária consolidada, associado a condições socioeconômicas marcadas por baixa renda, escolaridade concentrada em níveis básicos e predominância de vínculos ocupacionais pouco formalizados, elementos que influenciam diretamente a vulnerabilidade social e a capacidade de acesso a direitos e serviços públicos essenciais.

No campo da infraestrutura e das condições domiciliares, observou-se elevada cobertura de energia elétrica, porém coexistindo com limitações em infraestrutura urbana e comunitária, especialmente quanto à iluminação pública, à pavimentação e à disponibilidade de equipamentos de saúde. Em relação aos serviços de saúde, os dados apontam predominância da dependência do sistema público, além de variações na presença e frequência de acompanhamento por agentes comunitários, reforçando a importância de políticas de fortalecimento da atenção básica em territórios rurais dispersos.

Os resultados referentes à água e saneamento indicam que, embora parte das famílias seja abastecida por rede pública, permanecem estratégias complementares de uso de poços e outras fontes, além de restrições significativas no uso da água para consumo direto. Os motivos mais recorrentes para não beber e cozinhar com a água disponível nos domicílios estiveram associados à qualidade percebida, com destaque para salinidade e outras características físico-organolépticas, o que contribui para a elevada incidência de compra de água por parte das famílias. Também se verificou que parcela expressiva dos moradores não realiza tratamento prévio antes do consumo, sinalizando risco sanitário potencial e reforçando a necessidade de ações de vigilância e educação em saúde ambiental.

Adicionalmente, as informações sobre problemas no período de chuva, relatos de alagamentos e ocorrências de vazamento de esgoto em parte dos domicílios expõem a presença de situações de risco socioambiental, associadas a limitações estruturais de drenagem e ausência de rede de esgotamento em grande parte das comunidades. Na dimensão de resíduos sólidos, apesar da existência de coleta de lixo na maioria das localidades, observam-se fragilidades na regularidade, na destinação de rejeitos em situações de ausência de coleta, e na inexistência de estrutura consolidada para reciclagem e manejo de resíduos da construção civil, resultando em práticas de descarte com potencial impacto ambiental.

Dessa forma, conclui-se que o conjunto de indicadores analisados reforça a necessidade de leituras integradas entre perfil social, infraestrutura comunitária, saneamento rural e acesso à água segura, de modo a subsidiar ações técnicas, políticas públicas e estratégias territoriais voltadas à melhoria das condições de vida e saúde nas Comunidades Quilombolas de Lage dos Negros.



RECOMENDAÇÕES

Com base nos resultados obtidos neste diagnóstico socioterritorial, recomenda-se que futuras intervenções voltadas às Comunidades Quilombolas de Lage dos Negros sejam estruturadas a partir de uma abordagem integrada e intersetorial, considerando de forma articulada os condicionantes sociais, econômicos, ambientais e de infraestrutura básica identificados ao longo da análise.

No que se refere ao abastecimento de água, recomenda-se a ampliação e a qualificação dos sistemas existentes, com ênfase na melhoria da qualidade físico-química da água distribuída à população, especialmente quanto aos elevados níveis de salinidade identificados. Sugere-se a adoção de soluções técnicas compatíveis com o contexto do semiárido, incluindo tecnologias de dessalinização, sistemas alternativos de captação e armazenamento, bem como o fortalecimento de políticas públicas de saneamento rural. Adicionalmente, recomenda-se a intensificação de ações de educação em saúde ambiental voltadas ao tratamento domiciliar da água, com vistas à redução de riscos sanitários associados ao consumo humano.

Em relação ao esgotamento sanitário e à drenagem pluvial, torna-se prioritária a implementação de alternativas técnicas adequadas ao contexto rural disperso, priorizando sistemas descentralizados e de baixo custo para o tratamento de esgoto doméstico. A ocorrência de alagamentos, retorno de esgoto e outros problemas no período chuvoso indica a necessidade de intervenções estruturais em drenagem pluvial, associadas ao planejamento territorial e à adequação das soluções sanitárias às características geomorfológicas e hidrológicas locais, com o objetivo de mitigação de riscos socioambientais.

No âmbito da gestão de resíduos sólidos, recomenda-se o aprimoramento da regularidade e da cobertura da coleta domiciliar, bem como a definição de estratégias específicas para atendimento das localidades atualmente não contempladas de forma contínua. Destaca-se ainda a necessidade de estruturar alternativas para a destinação adequada de resíduos recicláveis e de resíduos da construção civil, por meio de iniciativas comunitárias, consórcios intermunicipais ou parcerias institucionais.

No campo da saúde pública e da proteção social, os resultados reforçam a importância do fortalecimento da atenção básica nos territórios quilombolas, com ampliação da cobertura e da frequência de atuação dos agentes comunitários de saúde. Recomenda-se, ainda, a avaliação técnica da viabilidade de implantação ou reativação de equipamentos de saúde em pontos estratégicos do território, considerando a dispersão rural, as dificuldades de acesso e as demandas específicas da população local.

Por fim, recomenda-se que políticas públicas e programas de desenvolvimento territorial incorporem de forma explícita o perfil socioeconômico identificado, reconhecendo a predominância de atividades agrícolas e informais, a dependência de programas de transferência de renda e os baixos níveis de escolaridade. Nesse sentido, sugere-se o direcionamento de ações de capacitação, assistência técnica e extensão rural, com enfoque na agricultura familiar, na adoção de práticas produtivas sustentáveis e na valorização dos saberes tradicionais quilombolas, como estratégia de fortalecimento da autonomia econômica e da sustentabilidade dos territórios.



REFERÊNCIAS

ANA. (Brasil). **Atlas Brasil**: abastecimento urbano de água: panorama nacional. Engecorps/Cobrape. — Brasília: 2 v., 2010. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiYTikYTfKMTctZWVINS00ZmlyLTk4OTetMWQwMTQ0MWI5NWRmliwidCI6ImUwYmIOMDEyLTgxMGItNDY5YS04YjRkLTY2N2ZjZDFiYWY4OCJ9>. Acesso em: 01 maio 2023.

ANA. (Brasil). **Usos da água**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/usos-da-agua>. Acesso em: 22 abr. 2023.

BARBETTA, P. A. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. 5ª. ed. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2002

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Centro Nacional de Inteligência Epidemiológica e Vigilância Genômica (CNIE)**. Brasília, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/cnie>. Acesso em: 14 mar. 2026.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SINISA). **Águas Pluviais**. Brasília: MCidades, 2024. Disponível em: https://indicadores-sinisa-2025.cidades.gov.br/dashboard?modulo=aguas_pluviais. Acesso em: 7 jan. 2026.

BURALLI, R. J.; RIBEIRO, H.; LEÃO, R. S.; MARQUES, R. C.; SILVA, D. S.; GUIMARÃES, J. R. D. Conhecimentos, atitudes e práticas de agricultores familiares brasileiros sobre a exposição aos agrotóxicos. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 30, n. 4, e210103, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sau-soc/2021.v30n4/e210103/>. Acesso em: 15 dez. 2025

IBFLORESTAS. **Bioma Caatinga**. 2024. Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/bioma-caatinga>. Acesso em: 20 nov. 2025.

IBGE. **Brasil Quilombola**. Rio de Janeiro. 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/brasil-quilombola/>. Acesso em: 17 dez. 2025.

IBGE. **Censo 2022:** 90% dos quilombolas em territórios delimitados convivem com precariedades no saneamento básico. Agência de Notícias IBGE, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40707-censo-2022-90-dos-quilombolas-em-territorios-delimitados-convivem-com-precariedades-no-saneamento-basico>. Acesso em: 8 dez. 2024.

IBGE. Coordenação de Geografia. **Proposta metodológica para classificação dos espaços do rural, do urbano e da natureza no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102019>. Acesso em: 16 dez. 2025.

IBGE. **Panorama:** Campo Formoso. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/campo-formoso/panorama>. Acesso em: 9 maio 2023..

INCRA. **Dados gerais dos quilombos.** Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/andamentos_processos_comunidades_quilombolas_nov_2021.pdf. Acesso em: 02 jan. 2022.

INCRA. **Quilombolas.** Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas>. Acesso em: 10 mai. 2024.

MARTINS, G. A.; DOMINGUES, O. **Estatística geral e aplicada.** 6. Edª. São Paulo: Atlas, 2017. ISBN 978-85-9701-232-3.

PAULO, P. P. 650 mil famílias se declaram 'povos tradicionais' no Brasil; conheça os kalungas, do maior quilombo do país. **G1.** Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/10/29/650-mil-familias-se-declaram-povos-tradicionais-no-brasil-conheca-os-kalungas-do-maior-quilombo-do-pais.ghtml>. Acesso em: 06 jan. 2023

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística.** Rio de Janeiro, RJ: LTC, 1999.